

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

Isabel Cristina de Aguiar Orquiz ¹
Rosa Mirian de Lima Medeiros ²
Cícera Maria Carvalho Silva da Costa ³
Márcia Cristina Serafim Casoni de Moura ⁴
Joselma Gomes Nascimento dos Santos ⁵

INTRODUÇÃO

Através dos tempos observa-se que a pessoa deficiente muito pouco foi tratada de maneira digna no decorrer de sua vida, principalmente no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades básicas no intuito de promoção de seu desenvolvimento pleno. Ações políticas foram adotadas, mas precariamente enfatizavam de fato os direitos do deficiente em sua singularidade, ou seja, o atendimento especializado que contemple as características de cada sujeito.

Assim, discutir como tem se dado o atendimento ao deficiente através de instituições de ensino é necessária uma vez que a escola, enquanto segmento social pode auxiliar no que diz respeito ao acolhimento e planejamento de ações educativas que viabilizem o desenvolvimento cognitivo, intelectual, psicomotor, afetivo, emocional, social dentre outros elementos essenciais para o crescimento da pessoa com deficiência.

Nesse sentido, a proposição de estudo “Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncional”, justifica-se mediante a preocupação e necessidade que temos como profissional da educação em processo de formação inicial de conhecer a realidade do educando deficiente no ambiente escolar, saber como ele tem sido acolhido, que tipo de atividades o professor da classe regular planeja para o educando acerca dos conteúdos que precisam ser abordados, metodologia de ensino, instrumentos de verificação de aprendizagem. Todas essas nuances acontecem não apenas na ação do professor regente, atualmente o processo de ensino e aprendizagem do educando deficiente possui dois grandes aliados que é o Atendimento Educacional Especializado e a Sala de Recursos Multifuncional, que diferente da sala de aula regular é um espaço que possui profissionais aptos a ministrarem um atendimento diferenciado, com recursos próprios a demanda apresentada por cada aluno.

Dessa maneira, surge a seguinte indagação em relação ao AEE e a SRM: “Como tem ocorrido o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recurso Multifuncional na inclusão do aluno deficiente?” Tal questionamento surge, tendo em vista que há uma clientela significativa que precisa ser atendida e há também a necessidade de que este atendimento seja ofertado por profissionais devidamente qualificado e em ambiente propício ao seu desenvolvimento.

Com isso, apresenta-se como objetivo geral do estudo: “Conhecer as práticas de Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recurso Multifuncional”.

Para atender os objetivos elencados acima desenvolveu-se estudo com base em pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo; utilizando como instrumento de coleta de dados questionário misto, visita e observação do espaço destinado a SRM e das ações realizadas no decorrer do AEE.

¹ Mestra em Educação, UFSM. Pedagoga. Docente UFPI, CSHNB, Picos/PI. isabelorquiz@ufpi.edu.br

² Graduanda em Pedagogia, UFPI, CSHNB, Picos/PI. mirianlimaloirinha@gmail.com

³ Graduanda em Pedagogia, UFPI, CSHNB, Picos/PI. akylasantiago@hotmail.com

⁴ Graduanda em Pedagogia, UFPI, CSHNB, Picos/PI.

⁵ Professora da Educação Básica.profjoselmagomes@gmail.com

No que diz respeito a construção do aporte teórico da pesquisa, esse foi organizado com base em autores que contemplam a temática em seus estudos como: Mazzotta (2005), Fernandes (2011), e outros. E, a legislação pertinente que tratada da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, conforme o Decreto N° 6.571/2008, a Resolução nº 04/2009, que “Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial” e o funcionamento das “Salas de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2010)”.

A Educação Especial ainda se constitui um universo desconhecido para muitas pessoas, com isso, para munir as pessoas de conhecimento acerca da mesma é preciso preparar a comunidade escolar e sociedade de maneira que possam adentrar nesse universo e se engajarem em procedimentos que viabilizem a Educação Inclusiva em espaços educativos e sociais. Nesse sentido à comunidade escolar necessita de qualificação para seus professores que atuam como agentes de transformação e não meros detentores de conhecimento conteudista. A família, enquanto peça fundamental e partícipe do processo não pode negligenciar suas responsabilidades e tão pouco negar a existência de um membro deficiente em seu seio. Portanto, o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recurso Multifuncional é um trabalho a ser desenvolvido com o empenho e participação de todos; com o comprometimento e responsabilidade da sociedade, governo, escola, família e profissionais de diferentes áreas na perspectiva de melhorar a qualidade de vida do educando deficiente, sobretudo, no espaço escolar no sentido de viabilizar sua formação na Educação Básica e Ensino Superior e no mundo do trabalho; dando autonomia a pessoa com deficiência e exercendo sua cidadania.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

De acordo com o objetivo elencado acima desenvolveu-se estudo com base em pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo; utilizando como instrumento de coleta de dados questionário misto, visita e observação do espaço destinado a SRM e das ações realizadas no decorrer do AEE.

Segundo Ludke e André (1986) o estudo qualitativo “é aquele que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um pano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (p. 18). Desta maneira, a escolha pela pesquisa qualitativa descritiva se justifica pela sua capacidade de observar, analisar, registrar e classificar os elementos presentes nas práticas sociais e descrevê-los sem a necessidade de manipulá-los.

Andrade (2010, p. 112) esclarece que,

Na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

De acordo com Gil (2010), as pesquisas classificadas como descritivas tem como objetivo principal, “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...]. As pesquisas descritivas são [...], as que habitualmente realizam os pesquisadores preocupados com a atuação prática” (p. 28).

As técnicas para coleta de dados deu-se a partir da realidade a ser pesquisa, assim planejamos e elencamos a observação e o uso do questionário misto contendo perguntas abertas e fechadas como principais instrumentos para a coleta de dados.

Marconi (2006, p. 98), menciona que,

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Segundo Gil (2010, p. 100), podemos compreender que a “observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente”. Nesse respeito, através da observação foi possível nos aproximarmos da realidade em estudo proporcionando conhecer mais de perto o objeto de estudo.

Gil (2010), ao caracterizar o questionário como uma,

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas como o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos presentes ou passados, etc. (p. 121).

Assim, busca-se através do percurso metodológico conhecer o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recurso Multifuncional, em escola pública na cidade de Picos, no semiárido piauiense.

DESENVOLVIMENTO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-SEESP/MEC (2008), é um dos documentos normativos que passou a nortear os Estados e Municípios na coordenação de suas atuações no sentido de transformarem seus sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos e salienta “a importância da participação [...] da sociedade para a melhoria da educação dos portadores de necessidades educacionais especiais” (MAZZOTTA, 2005, p. 132).

Em 2009, é aprovada a Resolução nº 04/2009, que “Instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica”, modalidade Educação Especial assegurando a esses educandos o ingresso e permanência na rede regular de ensino.

Nesse contexto, os aspectos legais passam a incorporar os princípios fundamentais da Educação Inclusiva, que passa a ser entendida na sua dimensão histórica, enquanto processo de reflexão e prática, que permite concretizar transformações conceituais, político e pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação. Agora, “na contemporaneidade, a chamada sociedade inclusiva desestabiliza concepções e estruturas sociais cristalizadas e denuncia atitudes de preconceito e marginalização a grupos minoritários, como é o caso de pessoas com deficiência” (FERNANDES, 2011, p. 27).

Assim, para fazer com que a inclusão seja efetivada no contexto escolar, as políticas públicas educacionais implantadas pelo MEC/SEESP em 2008, através da Portaria Ministerial nº 13/2007, traz o Programa de Salas de Recursos Multifuncionais destinado a dar suporte aos alunos da Educação Especial matriculados no ensino regular através do Atendimento Educacional Especializado-AEE, sendo que,

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação

especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (BRASIL, 2010, p. 06).

Conforme com o Manual que norteia o Programa de Implantação das Salas Multifuncionais, os principais objetivos desse programa são,

- Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- Assegurar o pleno acesso dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos;
- Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;
- Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar (BRASIL, 2010, p.09).

Articular ações afirmativas no sentido de atender o educando deficiente é algo que precisa ser planejado por todos que fazem parte dos diferentes segmentos sociais, pois é necessário que as Políticas Públicas para o acolhimento e promoção do AEE e SRM seja realizado por profissionais qualificados, que possuam saberes inerentes a prática pedagógicas. E, que tais práticas contribuam para uma educação inclusiva não apenas no âmbito escolar, mas, sobretudo, em todos espaços onde o deficiente possa estar presente protagonizando sua história de vida, firmando-se como cidadão plenamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Enquanto resultados do estudo apontamos alguns aspectos iniciais considerados pelas pesquisadoras que desenvolvem o mesmo. Destacamos que as informações obtidas através das visitas e observações na escola em estudo estão em análise, e, portanto, apriori a construção desse item ocorre com a apropriação de instrumental teórico.

Dessa forma, compreende-se que o AEE deve envolver toda a comunidade escolar, por meio de reestruturação dos espaços físicos, adaptações curriculares, avaliativas, ressignificação da prática docente e de gestão e a participação, principalmente da família que possui um importante papel nesse processo, não há como falar sobre inclusão se esta não tiver suas bases firmadas na família para que se possa ampliar as demais instituições sociais.

A Sala de Recurso Multifuncional, surge como um espaço de trabalho a ser desenvolvido por profissionais capacitados, que sejam qualificados para multiplicar e preparar a comunidade escolar, família e sociedade para juntos atenderem os alunos deficientes em suas particularidades.

A SRM que fora visitada e observada está organizada em sala específica para procedimentos destinados ao AEE, possui diferentes recursos de Tecnologias Assistiva enviados pelo MEC, alguns materiais didáticos são confeccionados pelas próprias professoras que trabalham na sala. Atualmente a sala recebe alunos com TEA, Deficiência Intelectual, Cegueira, Deficiência Intelectual /Deficiência Física.

As professoras que trabalham no AEE possuem formação específica na área da Educação Especial, promovida pela Secretaria de Educação do Estado do Piauí; buscam desenvolver um trabalho articulado com toda a comunidade escolar, mas sentem muita resistência por parte dos colegas e também da família em assumir seu papel na formação escolar do aluno deficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar como acontece o Atendimento Educacional Especializado na rede pública de ensino em Sala de Recurso Multifuncional nos permite conhecer o universo da Educação especial e, principalmente conhecer e compreender quem é o aluno deficiente e como esse tem recebido o AEE na SRM os desafios encontrados no decorrer do processo de escolarização para toda a comunidade escolar.

Ao adentrarmos no cenário escolar, constamos que apesar das políticas públicas contemplarem o acolhido do aluno deficiente em instituição especializada e ofertar matrícula na rede pública de ensino, ainda temos muitos desafios a serem superados porque muitas escolas possuem o profissional qualificado, mas há resistência dos demais membros da escola no que diz respeito ao envolvimento com as atividades que são realizadas no decorrer do AEE, bem como da própria família que acaba esquivando-se de suas responsabilidades.

É preciso que todos compreendam que o professor que está na SRM não é o responsável pela formação escolar do aluno deficiente, tal docente é um profissional que está presente na sala para criar juntamente com o professor da sala regular situações de aprendizagem diferenciadas, orientar o uso de recursos didáticos, colaborar em procedimentos de verificação de aprendizagem entre outros aspectos.

A Sala de Recurso Multifuncional é um espaço privilegiado para ações diferenciadas e não pode ser considerada como uma sala e aula para reforço escolar de alunos com deficiência. Por ser um espaço diferente da sala de aula comum, conta com recursos que viabilizem o atendimento de diferentes tipos de deficiência, síndromes ou até mesmo transtornos que interfiram no processo ensino aprendizagem. Salientamos ainda que esse ambiente deve ser considerado como uma oportunidade de qualificação para professores, familiares e demais interessados em conhecer como se dá o AEE em SRM.

Portanto, ao finalizarmos a primeira fase do estudo concluímos mencionando que o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recurso Multifuncional tem ocorrido na perspectiva da educação inclusiva do educando deficiente, não apenas no que tange ao ambiente escolar, mas, sobretudo, a espaços não escolares; tentando colaborar para sua formação escolar, humana, ética e profissional.

Nesse sentido, conhecer as práticas de AEE em SRM, por meio de visitas e observações na escola em estudo contribuiu para elucidar o papel do educador, pedagogo, em relação aos conhecimentos teóricos e práticas necessários para uma práxis pedagógica diferenciada para o público em questão.

Palavras-chave: AEE. SRM. Educação Inclusiva. Aluno Deficiente

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEEP, 2001. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 06/08/2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br> . Acesso em 01/09/2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 4/2009. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br> . Acesso em 06/08/2019.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 01/07/2019.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para a educação especial. 2ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. A hora da virada. Revista Inclusão. Ano 1. N° 1.MEC, 2005, p. 24-28. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 20/08/2017.

MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6ed.São Paulo: Atlas 2006.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.